

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALICE CÁSSIA DE SOUZA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO FAMILIAR

CURITIBA

2016



ALICE CÁSSIA DE SOUZA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador(a): Prof(a). Rozane Zaionz

CURITIBA

2016

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A INFLUÊNCIA NA RELAÇÃO FAMILIAR

Alice Cássia de Souza

RESUMO

Os efeitos do Programa Bolsa Família têm sido objeto de vários estudos e pesquisas. Esta pesquisa visa analisar de que forma o Programa Bolsa Família influencia na relação familiar dos beneficiários. Para analisar essa relação, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica exploratória junto a artigos científicos publicados no período de 2003 a 2016 que é realizada a partir de registros disponíveis nas bibliotecas virtuais SCIELO e CAPES. A presente pesquisa problematizou a relação estabelecida entre o Programa Bolsa Família no sentido de compreender se o mesmo exerce efeitos na vida familiar de seus beneficiários, bem como seus possíveis efeitos na superação da situação de vulnerabilidade social dessas famílias. Através do presente estudo, foi possível analisar que o projeto em que se insere o Bolsa Família pode proporcionar, em longo prazo, os acessos à educação e saúde, quando de qualidade, pode vir romper com as desigualdades ainda existentes no Brasil.

Palavras-chave: Bolsa família, Relação familiar, Educação.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) se constitui hoje como uma das principais políticas de transferência de renda com condicionalidades existentes no país (BRASIL, 2010). Criado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, resulta da unificação de quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

Muitos programas sociais voltados para crianças e adolescentes objetivam contribuir para melhoria das condições de vida destes e aumentar a perspectiva de vida. Segundo Feijo (2012), programas sociais são ações conjuntas e encadeadas que visam ao desenvolvimento social, a partir do trabalho com um grupo de pessoas. O programa social voltado para crianças e jovens geralmente são atividades programadas para o desenvolvimento, objetivando melhorias em seu meio social.

Em se tratando de programas sociais, lidamos com realidades complexas nas quais muitos fatores e sujeitos intervêm e moldam as relações e processos. Um programa baseia-se na intenção de atuar nesta complexidade, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, possam contribuir significativamente para mudar a situação em que se encontram. Sendo assim, programas sociais são investimentos sem a certeza que ira alcançar os resultados desejados, porém se não há certeza faz – se necessário outros meios de verificação que ajude a perceber as mudanças que são possíveis produzir.

Justifica-se o presente trabalho através de relatos das usuárias do programa bolsa família foi possível constatar que para elas o valor recebido não muda totalmente a situação financeira das mesmas, porem é de suma importância para um melhoramento da qualidade de vida, segundos elas mesmo sendo pouco dinheiro são possíveis oferecer a suas famílias um melhor conforto. Esse conforto seria que algumas vezes é possível comprar um alimento que não seja apenas o básico para os filhos.

Diante do exposto tem – se nesse estudo o seguinte problema de pesquisa: O programa Bolsa Família tem alguma influência na vida familiar de seus beneficiários? O objetivo geral é analisar de que forma o programa bolsa família influencia na relação familiar dos beneficiários e para os objetivos específicos tem-se: Identificar se o Programa Bolsa Família influencia na vida dos beneficiados; identificar os efeitos do programa bolsa Família na vida das mulheres beneficiadas. O estudo se configurou com a pesquisa bibliográfica exploratória que traz um breve histórico do Programa Bolsa Família e de que forma ele influencia na vida familiar de seus beneficiários. Em seguida faz-se a descrição da metodologia utilizada, os resultados do estudo e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Programa Bolsa Família possui como objetivo contribuir para superação da pobreza no Brasil por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de

renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, como reforço do direito de acesso das famílias ao serviço básico de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias. (BRASIL 2012, p.137)

Com a implementação do Programa Bolsa Família tem-se novamente o destaque para o enfrentamento das mais arraigadas desigualdades sociais brasileiras, colocando em pauta o compromisso do Estado em assegurar aos cidadãos a premissa dos direitos humanos: a garantia à vida. Através da transferência direta de renda condicionada, o Programa insere-se no atual quadro brasileiro como política pública de proteção social, objetivando erradicar a pobreza e a extrema pobreza das famílias que se encontram nesta situação. (CRUZ, 2011). Muito se tem questionado sobre as reais contribuições do Programa às famílias de baixa renda. Segundo Weissheimer (2006), desde seu lançamento o programa não teve, por parte da mídia brasileira, uma cobertura preocupada em constatar se essas janelas estavam de fato, se abrindo. A maior parte das matérias tratou de destacar irregularidades na execução do programa. O impacto do programa sobre o seu público-alvo recebeu bem menos destaque. Contudo acrescenta que os governos democráticos da América latina começaram a produzir grandes esforços inovadores no combate à pobreza extrema. Esses esforços "se baseiam em programas que oferecem às famílias pobres pagamentos em dinheiro mediante a condição, por exemplo, da manutenção das crianças na escola ou da realização de exames de saúde com regularidade." Weissheimer (2006, p. 47).

De acordo com (SIMÕES,2012) no que tange à educação, o Bolsa Família proporciona menores taxas de abandono e maiores taxas de progressão entre os beneficiários. E quanto mais tempo a família permanece no Programa, maiores os impactos. Na saúde, além da contribuição do PBF para a redução da mortalidade infantil, identificou-se que as crianças beneficiárias apresentam maiores taxas de vacinação e as mulheres grávidas fazem mais consultas de pré-natal que as não beneficiárias de igual perfil.

Segundo Costa (2008), o Programa Bolsa Família possibilita, através da percepção de renda dada às titulares, ainda que de forma tímida, algumas condições mínimas de autonomia, como os casos em que as mulheres conseguem

se desvencilhar de um casamento infeliz de se sentirem, em alguma medida, independentes em relação ao dinheiro, as decisões familiares e a própria vida.

O Programa Bolsa Família ocorreu da necessidade de unificação dos programas de transferência de renda no Brasil, conforme diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Foi elaborado visando diminuir: 1) a ocorrência de sobreposições de programas, definindo objetivos e público alvo; 2) desperdício de recursos por falta de uma coordenação geral e dispersão dos programas em diversos ministérios; 3) falta de planejamento e mobilidade do pessoal executor, 4) alocações orçamentárias insuficientes, com o não atendimento do público alvo conforme os 7 critérios de elegibilidade determinados (BRASIL, 2003).

Na área da saúde, existem o acompanhamento da saúde de gestantes com exames de rotina, nutrizes e crianças menores de 7 anos de idade, com a manutenção do cartão de vacinas atualizado. Na área da educação, se condiciona a matrícula e frequência escolar mínima de 85% no ano letivo por crianças e adolescente com idade de 6 a 15 anos; retorno de adultos analfabetos à escola, além da 8 participação de todas as famílias em ações de educação alimentar quando oferecidas pelo Governo.

Campelo e Neri (2013) concluem que o maior feito dos programas de transferência de renda está no aumento da presença escolar dos estudantes das famílias beneficiadas. Porém, em termos de redução de trabalho infantil, o efeito não é significativo. Os autores especulam que as crianças beneficiadas, de dez a quinze anos, preferem combinar escola e trabalho, ao invés de deixarem totalmente de trabalhar, uma vez que os repasses não são suficientes para incentivar as famílias a abrir mão da renda do trabalho infantil.

Rego (2008), por sua vez, acredita que as mães beneficiárias passaram a ser sujeitos de relativo, realizado por meio do dispositivo de transferência de renda. E que, ao garantir a sobrevivência dos beneficiários, o Programa Bolsa Família resulta na humanização de seus destinatários, a qual representa, a seu ver, um passo necessário e decisivo no seu processo de autonomização. Entretanto, estudos como estes, que tomam a transferência monetária de recursos como capazes de dar poder às mães beneficiárias, não problematizam os limites deste poder na sociedade capitalista. Pauta-se, assim, em uma liberdade de compra ilusória que destoa da

concepção de liberdade defendida no presente trabalho, sobre a qual falaremos adiante.

Para Silva (2007), embora o Programa Bolsa Família tenha sido importante na unificação dos Programas de Transferência de Renda existentes e muito já ter feito em termos de número de atendimentos e de recursos investidos, alguns obstáculos ainda se colocam tanto no que se refere à execução da proposta, quanto à modificação de uma cultura ainda persistente em alguns lugares de práticas clientelistas e conservadoras e quanto à necessidade de alterar substancialmente o quadro de pobreza, sobretudo quando se trata da questão de promoção da autonomia das famílias.

Os idealizadores do Programa almejavam os seguintes impactos: universalização do ensino fundamental; redução da evasão e repetência escolar; ampliação do horizonte econômico, cultural e social da população que se encontra abaixo da linha de pobreza; desenvolvimento da cidadania e dinamização das economias locais (SILVA; YAZBEK e GIOVANNI, 2012, p. 120).

Examinando os objetivos, bem como os impactos pretendidos, depreende-se que embora o PBF tivesse como pano de fundo a transferência dos recursos monetários às famílias, ao pretender a inclusão social pela via da educação o Programa se depara com um antigo paradoxo que envolve os debates educacionais desde o início do século XX. Isto é, voltava a reiterar as interpretações que atribuíam a educação o poder de transformar a realidade brasileira, sem, contudo, problematizar a própria ordem social e as relações de poder em jogo. Tal concepção funda-se na chamada educação compensatória, segundo a qual a função básica da educação é equalização social. Nesta compreensão, para que a escola cumpra sua função equalizadora é necessário compensar as deficiências cuja persistência acaba sistematicamente por neutralizar a eficácia da ação pedagógica (SAVIANI, 1999, p. 43).

Segundo Simões (2012) no que tange à educação, o Bolsa Família proporciona menores taxas de abandono e maiores taxas de progressão entre os beneficiários. E quanto mais tempo a família permanece no Programa, maiores os impactos. Na saúde, além da contribuição do PBF para a redução da mortalidade infantil, identificou-se que as crianças beneficiárias apresentam maiores taxas de vacinação e as mulheres grávidas fazem mais consultas de pré-natal que as não beneficiárias de igual perfil. Além disso, há efeitos positivos do Programa que

abrangem toda a economia o Bolsa Família tem expressivo efeito multiplicador no Produto Interno Bruto e na renda familiar total, além de reduzir desigualdades regionais.

De forma geral, os estudos sobre programas parentais apontam que os aspectos mais importantes de uma intervenção para prevenir problemas de comportamento em crianças são: ensinar os pais a ser menos punitivos em seus estilos de disciplina, utilizar monitoria positiva, incentivar o uso de reforçamento positivo, melhorar a comunicação interpessoal, ampliar a rede de apoio, desenvolver habilidades de aumentar o envolvimento parental e de resolver problemas e conflitos. Contudo, tem sido capaz apenas de melhorar a situação de vida dessas famílias, sem, entretanto, retirá-las do nível de pobreza em que se encontram o que confirma reflexões desenvolvidas nesse trabalho. Esses programas, quando não articulados a uma política macroeconômica de crescimento sustentável e de redistribuição de renda, podem significar melhorias imediatas de famílias que vivem em extrema pobreza, mas não a superam, melhorando a situação vivenciada pelas famílias pobres, sem ultrapassar a denominada linha de pobreza.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica exploratória que é realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos, utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. E busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho mapeando as condições de manifestações desses objetos.

A pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência (GONÇALVES, 2014)

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente trabalho buscou analisar Programa Bolsa Família e identificou que esse programa proporciona maior autonomia às mulheres, maior inserção social e poder de compra, mais afirmação no espaço doméstico e ampliação do acesso a serviços públicos de educação e saúde. O aumento da presença as decisões do lar e da comunidade e a melhoria na qualidade de vida foram alguns dos impactos do Bolsa Família no dia-a-dia das mulheres.

O Bolsa Família procura enfrentar o problema da pobreza em dois momentos. No curto prazo, o programa pretende oferece alívio aos problemas imediatos e urgentes da pobreza, como a fome e a desintegração do ambiente familiar. No longo prazo, o Bolsa Família tem como objetivo o combate à transferência da pobreza, induzindo a melhoria do status educacional e da saúde de seus beneficiários por meio das condicionalidades, promovendo assim melhores oportunidades de qualificação e consequente inserção futura no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo foi possível verificar que o projeto em que se insere o Bolsa Família pode proporcionar, em longo prazo, que os acessos à educação e saúde públicos, quando de qualidade, possa vir romper com as desigualdades ainda existentes no Brasil. Ter a possibilidade de outros acessos, como o de informação de qualidade, equiparações salariais, creches públicas, restaurantes populares, acesso a diversas formas de entretenimento e artes, também de caráter público, em que esses códigos culturais não sejam desagregadores inculcados de desigualdade, possam refinar os sentidos e sentimentos para que os indivíduos consigam de fato compartilhar de uma mesma herança social e alcancem o status de cidadão.

Os Programas de Transferência de Renda passam a ser considerados importantes mecanismos para o enfrentamento da pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios encontrados em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Medida provisória n. 132 de 20 de outubro de 2003.** Cria o Bolsa Família, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm>. Acesso: 30 out.2016.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (Censo 2010)** 2010. Disponível em <http://ibge.gov.br/home/presidência/noticia_vizualiza.php?id_noticia=1766> Acesso: 02 nov.2016

CAMPELO, T. NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília. Ipea, 2013. Disponível em <<http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf>>. Acesso: 14 nov.2016.

COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família:** implicações para o empoderamento e a autonomia das mulheres. IBASE/REDES/FINEP, 2008. Disponível em: www.ipe-undp.org. Acesso em: 18 de jul. 2016.

CRUZ, L. R. **Programa Bolsa Família: Aproximações e Potencialidades.** Disponível em:http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT%203%20-LucianaRamirezdaCruz_artigoCompleto.pdf. Acesso: 30 out.2016.

FEIJÓ, M.R. MACEDO, R. M.S.F. **Família e os projetos sociais voltados para jovens:** impacto e participação. Estudos Psicológicos. Campinas. 2012, vol. 29 n. 2, p.193-202. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000200005>. Acesso: 12nov.2016

GONÇALVES, H. A. **Manual da Metodologia de Pesquisa Científica.** Petrópolis. Vozes, 2014.

REGO, W. L. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania:** uma aproximação ao Bolsa Família. Lua Nova, São Paulo, 2008, nº 73, p. 147-185. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf>> Acesso: 14 nov.2016.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo: Campinas, Autores Associados. 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo. Perseu Abramo, 2006.